

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

**Demonstrações financeiras intermediárias
(Individuais e Consolidadas) em 30/09/2018**

Novembro de 2018

EM ANÁLISE PELA AUDITORIA EXTERNA

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Balço patrimonial

Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora	Consolidado	Passivo	Notas	Controladora	Consolidado
		30/09/2018	30/09/2018			30/09/2018	30/09/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	141.108	457.267	Contas a pagar	15	14.174	305.562
Títulos e valores mobiliários	6	80.183	114.196	Tributos a recolher	16	2.370	5.789
Contas a receber	7	5.608	175.317	Salários e encargos sociais	17	17.216	17.222
Tributos a recuperar	8	621	8.251	Dividendos a pagar		-	56.662
Partes relacionadas	14	79.034	3.163	Adiantamentos e cauções recebidas	18	2.128	2.132
Outros ativos circulantes		1.606	1.610	Partes relacionadas	14	3.783	-
Total do ativo circulante		308.160	759.804	Outras contas a pagar		1.007	1.007
				Total do passivo circulante		40.678	388.374
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Adiantamentos e cauções recebidas			
Títulos e valores mobiliários	6	-	91.524	Provisão para contingências	18	121	147.277
Tributos a recuperar	8	15.926	19.660	Partes relacionadas	19	3.137	22.097
Depósitos judiciais	9	16.089	17.117		14	101.636	-
Estoque de imóveis a comercializar	10	31.050	31.050	Total do passivo não circulante		104.894	169.374
Outros ativos financeiros	11.1	170.388	195.744	Total passivo		145.572	557.748
Partes relacionadas	14	17.992	17.992	Patrimônio líquido	20		
		251.445	373.087	Capital social		956.928	956.928
Investimentos	11.2	584.126	212.172	Reserva de capital		524.278	524.278
Imobilizado	12	770.704	1.115.826	Ajustes de avaliação patrimonial		5.610	5.610
Intangível	13	24.151	24.171	Reservas de lucro		82.713	82.713
		1.378.981	1.352.169	Lucros acumulados		223.485	223.485
Total do ativo não circulante		1.630.426	1.725.256	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.793.014	1.793.014
				Participação dos não controladores		-	134.298
				Total do patrimônio líquido		1.793.014	1.927.312
Total do ativo		1.938.586	2.485.060	Total do passivo e patrimônio líquido		1.938.586	2.485.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Demonstração do resultado

Período oito meses findos em 30 de setembro

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	<u>Notas</u>	<u>Controladora</u> <u>2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>2018</u>
Receita líquida	21	27.320	679.589
Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados	22	(8.491)	(10.336)
Lucro bruto		18.829	669.253
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(126.680)	(131.685)
Gastos com convênios	24	(74.023)	(74.023)
Resultado com participações societárias	11.2	449.805	(13.762)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(32.983)	(29.558)
		216.119	(249.028)
Lucro antes do resultado financeiro		234.948	420.225
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26	7.460	27.553
Despesas financeiras	26	(18.923)	(25.882)
		(11.463)	1.671
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		223.485	421.896
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	27	-	(2.540)
Lucro do período		223.485	419.356
Atribuível à:			
Acionistas da Companhia			223.485
Participação dos não controladores			195.871
			419.356
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expressos em R\$ por ação)			
Lucro básico e diluído por ação	28		1.220,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Demonstração do resultado

Período três meses findos em 30 de setembro

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Receita líquida	21	12.084	279.946
Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados	22	(3.296)	(3.527)
Lucro bruto		8.788	276.419
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(52.808)	(53.921)
Gastos com convênios	24	(28.709)	(28.709)
Resultado com participações societárias		189.952	(3.913)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(32.085)	(30.388)
		76.350	(116.931)
Lucro antes do resultado financeiro		85.138	159.488
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26	3.454	12.368
Despesas financeiras	26	(1.886)	(1.983)
		1.568	10.385
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		86.706	169.873
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	27	-	(2.441)
Lucro do período		86.706	167.432
Atribuível à:			
Acionistas da Companhia			86.706
Participação dos não controladores			80.726
			167.432
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expressos em R\$ por ação)			
Lucro básico e diluído por ação	28		454,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Demonstração do resultado abrangente

Período de oito meses findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do período		223.485	419.356
Realização de ganho na variação do percentual de controle de controlada		(621)	(621)
Perda de valor justo	11.1	-	(3.945)
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo		-	1.341
Reconhecimento inicial do BDMG	11.1	(7.368)	(7.368)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	11.2	(6.680)	(4.076)
Resultado abrangente total do período		<u>208.816</u>	<u>404.687</u>
Atribuível à:			
Acionistas da Companhia			208.816
Participação dos não controladores			<u>195.871</u>
			<u>404.687</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Demonstração do resultado abrangente

Período de três meses findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do período	86.706	167.432
Perda líquida de valor justo	-	(1.744)
Tributos diferidos sobre o ganho e perdas de valor justo	-	593
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	(111)	1.040
Resultado abrangente total do período	<u>86.595</u>	<u>167.321</u>
Atribuível à:		
Acionistas da Companhia		86.595
Participação dos não controladores		<u>80.726</u>
		<u>167.321</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de oito meses findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Em 31 de janeiro de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cisão dos ativos da CODEMIG	956.872	-	12.911	45.936	316.812	-	1.332.531	7	1.332.538
Saldo inicial após cisão	956.872	-	12.911	45.936	316.812	-	1.332.531	7	1.332.538
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	223.485	223.485	195.871	419.356
Outros resultados abrangentes									
Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros	-	-	-	-	(7.368)	-	(7.368)	-	(7.368)
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controladas	-	-	(6.680)	-	-	-	(6.680)	-	(6.680)
Realização de ganho na variação do percentual de controle de controlada	-	-	(621)	-	-	-	(621)	(7)	(628)
Total do resultado abrangente do período	-	-	(7.301)	-	(7.368)	223.485	208.816	195.864	404.680
Outras mutações no patrimônio líquido									
Aumento de capital	56	-	-	-	-	-	56	-	56
Ágio na emissão de ações	-	524.278	-	-	-	-	524.278	-	524.278
Efeitos na participação dos não controladores na aquisição de controlada	-	-	-	-	-	-	-	111.566	111.566
Liquidação de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(287)	(287)
Constituição de dividendos	-	-	-	-	(272.667)	-	(272.667)	(172.852)	(445.519)
Em 30 de setembro de 2018	956.928	524.278	5.610	45.936	36.777	223.485	1.793.014	134.298	1.927.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de oito meses findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2018</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	223.485	421.896
Ajuste de:		
Depreciação e amortização	8.353	9.284
Reversão para perda por redução ao valor recuperável de ativos	(81)	(1.622)
Provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa	2.658	3.315
Reversão de provisão para litígios	(506)	(626)
Receitas financeiras	(3.942)	(14.751)
Despesas financeiras	18.383	25.011
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	38.108	38.195
Resultado de equivalência patrimonial	(449.805)	13.762
Resultado de instrumentos financeiros capitalizados	669	-
Variações em provisões, benefícios e incentivos	(1.147)	(1.603)
Ajustes de capital de giro		
(Aumento) / redução de títulos e valores mobiliários para fins de negociação imediata	(78.340)	36.876
Aumento no contas a receber	(908)	(91.758)
(Aumento) / redução dos impostos e contribuições a recuperar	640	(441)
Redução dividendos a receber	195.000	1.914
Aumento de estoque de imóveis	(343)	(343)
Redução de depósitos judiciais	124	25
(Aumento) / redução do ativo de partes relacionadas	328.380	(3.163)
(Aumento) / redução de outros ativos	(570)	888
Aumento / (redução) no contas a pagar	(6.565)	245.266
Aumento dos tributos a recolher	1.378	3.001
Aumento de salários e encargos sociais	5.729	4.003
Aumento / (redução) de adiantamentos de clientes	(405)	48.687
Aumento de outras contas a pagar	846	807
Juros pagos	-	(4.720)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	281.141	733.903
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimento de ativos de cisão, líquido do caixa cindido	-	974
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido	-	345.155
Aporte em títulos e valores mobiliários	-	(54.250)
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	13.232
Aquisição de imobilizado	(23.536)	(23.536)
Custos de desenvolvimento	(3.892)	(3.892)
Aquisição de direitos contratuais e software	(2.185)	(2.192)
Aquisição de investimento em coligadas	-	(81.613)
Aporte de capital em controladas e coligadas	(101.755)	(82)
Aporte em fundos de investimento	-	(17.920)
Extinção de investida	-	(1.666)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) / originado das atividades de investimento	(131.368)	174.210
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Valor recebido pela emissão de ações ordinárias	263.999	263.999
Amortização do principal das debêntures	-	(325.990)
Dividendos distribuídos	(272.664)	(388.855)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(8.665)	(450.846)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	141.108	457.267
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de setembro	141.108	457.267
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	141.108	457.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de setembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (“Companhia” ou “Codemge”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações, e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Governo de MG”) resultado de uma operação societária de cisão parcial da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Codemig”). Atualmente, a Codemge possui o controle acionário da Codemig, da Codemge Participações – CODEPAR (“Codepar”) e da Codeáguas Águas Minerais – CODEÁGUAS (“Codeáguas”) e este conglomerado de participações correspondem ao Grupo Econômico da Codemge (“Grupo”), a qual está apresentado nessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Em 19 de dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.827/2017 que autoriza o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a transformar a Codemig em sociedade de economia mista. O Projeto de Lei foi sancionado pelo Governador do Estado em 3 de janeiro de 2018, transformando o PL 4.827/2017 na Lei 22.828/2018. Em seguida, foram desencadeados diversos procedimentos internos da Codemig com a finalidade de promover a abertura de seu capital. A Lei 22.828/2018 determina, ainda, que o Estado mantenha sob seu poder, no mínimo, 51% do capital votante da Codemig, não podendo, portanto, transferir seu controle acionário sem autorização legislativa. Sendo assim, se efetivada a abertura de capital, a Codemig se transformaria em uma sociedade de economia mista, anônima, de capital aberto.

O projeto de abertura de capital da Codemig objetiva diversificar o seu capital, com a finalidade de promover maior dinamismo e autonomia à condução dos negócios sociais. Ao mesmo tempo, pretende continuar viabilizando o interesse coletivo, por meio de políticas públicas, em prestígio aos princípios da impessoalidade, da eficiência, da economicidade e da supremacia do bem comum.

A partir desse interesse, objetivando um maior retorno no valor das ações na sua oferta pública inicial de ações – IPO (sigla em inglês para “Initial Public Offer”), em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de janeiro de 2018, retificada e ratificada na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de fevereiro de 2018, os acionistas da Codemig decidiram pela realização de reorganização societária através de cisão parcial (“Cisão”), quando foi criada a Codemge na qual foram incorporados o acervo líquido cindido com a substancialidade do patrimônio da Codemig na data da cisão. A Codemge é a empresa responsável pela continuidade dos negócios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig. A cisão teve como principais objetivos:

- (i) dissociar o negócio de nióbio e seu patrimônio adjacente das demais atividades executadas pela Codemig antes da Cisão;
- (ii) apresentar aos acionistas da Codemig resultado e fluxo de caixa livres das aplicações usuais realizadas para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais; e
- (iii) simplificar a estrutura de negócio da Codemig, visando facilitar a apresentação da empresa ao mercado, no âmbito da abertura de capital da Companhia.

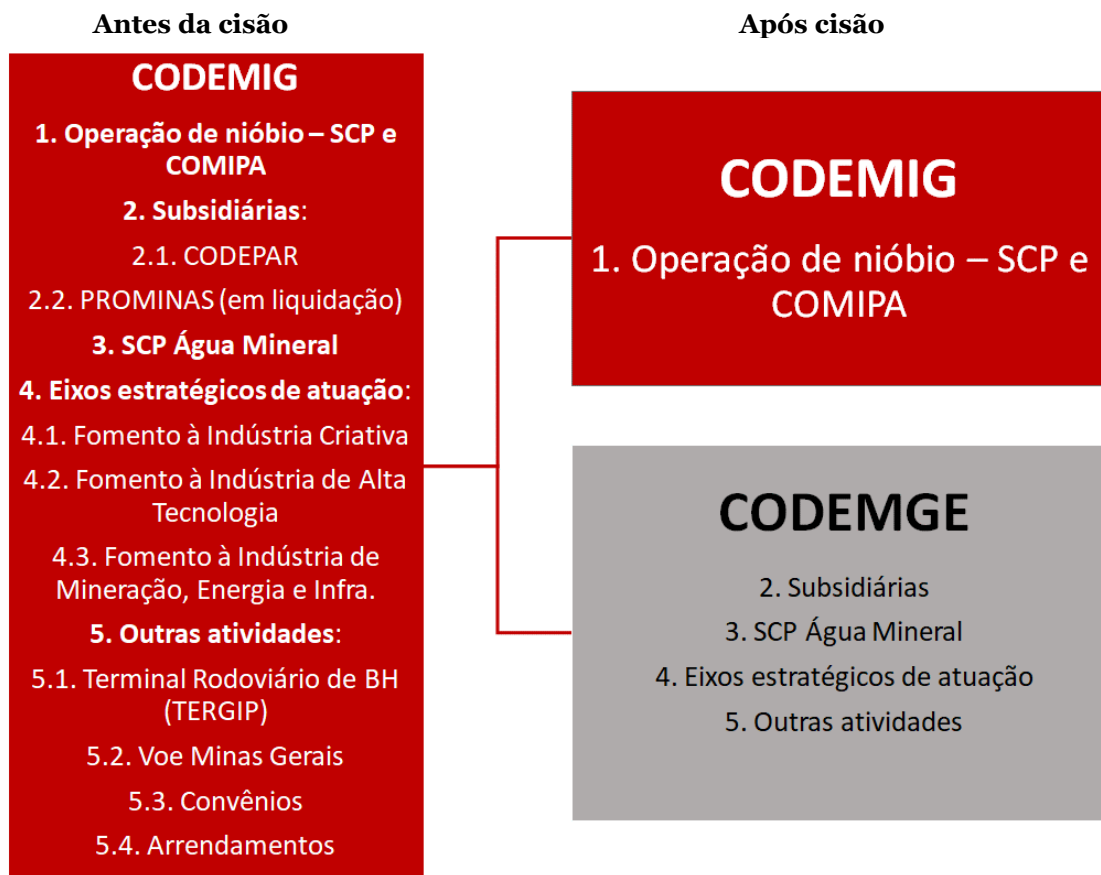
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, resumo dos negócios que serão geridos por cada uma das empresas resultantes da cisão:



A partir da cisão, a Codemig terá como atividade principal o recebimento dos fluxos de caixa advindos de sua participação na SCP com a CBMM (Nota 1.(b)) e atividades vinculadas às Escritura Pública de constituição da SCP, e após o levantamento de balancetes mensais para a apuração do lucro do período, tem o objetivo de distribuir no mínimo 70% dos lucros através de dividendos intermediários ou intercalares mensais, por deliberação do Conselho de Administração. A Codemge, portanto, continuará a operar as atividades para desenvolvimento do Estado de Minas Gerais anteriormente realizadas pela Codemig – antes da cisão – substancialmente com os recursos encaminhados mensalmente pela Codemig em formato de dividendos ou juros sobre capital próprio e complementarmente com os demais recursos gerados pelos seus investimentos e operações.

A cisão parcial da Codemig foi realizada com base no valor contábil do acervo patrimonial, objeto da operação, apurado de acordo com o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2017. A referida operação implicou redução de seu patrimônio líquido na exata proporção do acervo líquido cindido e vertido para a Codemge. A data da efetivação da cisão, como aprovado pelos acionistas, foi 31 de janeiro de 2018, tendo sido estabelecido na Justificação da Cisão Parcial, que devem ser imputados à Nova Companhia (Codemge) as variações patrimoniais que tenham ocorrido na parcela do patrimônio cindido, entre a data-base (31/12/2017) e a data da efetivação da cisão (31/01/2018).

O acervo líquido cindido à Codemge na data da efetivação da cisão está composto como abaixo:

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	31/01/2018	Passivo	31/01/2018
Circulante		Circulante	
Títulos e valores mobiliários	130.767	Contas a pagar	16.530
Contas a receber	4.483	Tributos a recolher	991
Dividendos antecipados e a receber	394	Salários e encargos sociais	11.117
Impostos e contribuições a recuperar	620	Outras contas a pagar	5.609
Outros ativos circulantes	1.027		
		Total do passivo circulante	34.247
Total do ativo circulante	137.291		
Não circulante		Não circulante	
Impostos e contribuições a recuperar	14.941	Contas a pagar	4.180
Depósitos judiciais	16.200	Provisão para contingências	3.423
Estoque de imóveis a comercializar	30.707	Partes relacionadas	98.109
Outros ativos financeiros	177.756		
Partes relacionadas	97.180	Total do passivo não circulante	105.712
Investimentos	186.793	Patrimônio líquido	
Imobilizado	793.204	Capital social	956.872
Intangível	18.418	Ajustes de avaliação patrimonial	12.911
		Reservas de lucro	362.748
Total do ativo não circulante	1.335.199	Total do patrimônio líquido	1.332.531
Total do ativo	1.472.490	Total do passivo e patrimônio líquido	1.472.490

Atualmente o processo de abertura de capital da Codemig encontra-se paralisado sob análise do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

(a) Objeto social

A Codemge tem por objeto social os mesmos objetos da Codemig antes da cisão, quais sejam: promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemge está autorizada atuar de forma à: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária; (vi) realizar a contratação ou a execução

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de projeto, obra, serviço ou empreendimento; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada destinadas à instalação e ao funcionamento de indústrias, empresas, ou atividades correlacionadas, respeitando os planos diretores; (ix) participar em empresas privadas dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) contratar parceria público-privada, observada a legislação pertinente.

(b) Sociedade em Conta de Participação da Codemig com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

O Grupo apresenta como principal fonte de recursos a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”) com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Codemig no município de Araxá – MG para exploração de nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. A Codemig, como “sócio participante”, recebe mensalmente o montante equivalente a 25% dos resultados da SCP.

Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados, se obrigando somente perante ao sócio ostensivo. A SCP não adquire personalidade jurídica.

Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos do Grupo, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida e, considerando que a periodicidade de distribuição dos resultados é contratualmente estabelecida para o início do mês subsequente à competência do resultado, a contrapartida se dá diretamente no contas a receber.

A Escritura Pública que estabelece a SCP com a CBMM também introduziu a criação da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA, para qual Codemig e CBMM arrendaram seus direitos minerários e cuja atividade única é a lavra do nióbio na região de Araxá/MG e a venda do minério extraído. De acordo com a Escritura Pública e com o Estatuto Social da COMIPA, sua atividade exploratória possui como única cliente a SCP, conduzida pela sócia ostensiva CBMM. A Escritura Pública é de 1972 e tem prazo de vigência contratual de 30 anos renováveis e consequentemente renovados por outros 30.

(c) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Codemge foi aprovada pela administração da Companhia em **XX de novembro de 2018**.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e são elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, identificadas como “Controladora” e “Consolidado” e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Conforme apresentado na Nota 1, considerando a criação da Codemge em 31 de janeiro de 2018, essas demonstrações foram elaboradas considerando seu período de existência 8 meses findos em 30 de setembro de 2018. Em conformidade com o CPC 21 (R1), as divulgações de resultado também apresentaram as movimentações para o período de três meses findos em 30 de setembro de 2018, considerando a periodicidade trimestral de elaboração das demonstrações financeiras do grupo.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.4.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, em alguns casos, certos ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas Notas 2.6.

A administração, durante o seu processo decisório e de análise da operação, não distingue os segmentos de negócio que compõem o Grupo. Considerando seu papel essencial como fomentador de atividades econômicas no Estado de Minas Gerais, logo seus resultados operacionais não influenciam os recursos que serão alocados em cada segmento e sua avaliação de desempenho.

2.1 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas compreendem as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2018. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- direitos originados de acordos contratuais; e
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Grupo incluem:

<u>Investidas</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>% participação</u>
<u>Controladas</u>		<u>30/09/2018</u>
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest.na SCP com CBMM	70
CODEPAR – Codemge Participações	Invest. em parcerias de desenvolvimento	100
CODEÁGUAS Águas Minerais	Extração e comércio de água mineral	99

2.2 Investimentos

(a) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos do Grupo em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as práticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Independentemente disso, a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da coligada e do Grupo não será superior a dois meses.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Grupo em suas coligadas. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica “Resultado com participações societárias”, na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Ágio

O ágio (*goodwill*) resulta da aquisição/participação em coligadas e representa o excesso da contraprestação transferida se comparado à participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida. Caso o total da contraprestação transferida seja menor do que a participação no valor justo dos ativos líquidos da coligada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Nos períodos apresentados o Grupo detinha participação nos seguintes investimentos:

Investidas	Principal atividade	% participação 30/09/2018
Controladas		
CODEMIG – Cia Desenvolvimento Econômico de MG	Invest.na SCP com CBMM	70
CODEPAR – Codemge Participações	Invest. em parcerias de desenvolvimento	100
CODEÁGUAS Águas Minerais	Extração e comércio de água mineral	99
Coligadas		
COMIPA – Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51
IAS – Indústria de Aviação e Serviços	Mecânica aeroespacial	15
Helibrás – Helicópteros do Brasil	Aeroespacial	16
Vodafone Brasil – Datora Mobile	Telecomunicações móvel	43
Biotech. Town	Biotecnologia	50
CBL	Mineração de lítio e produção de compostos químicos	33

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4 Resumo das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

(i) Instrumentos financeiros (IFRS 9 / CPC 48)

Após a vigência do IFRS 9 / CPC 48, passam a existir três principais categorias de classificação para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Com a vigência da referida Norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir:

- a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e
- a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Para todos os ativos financeiros que rendem juros a receita é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

(iv) Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, VJORA ou VJR.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(v) Redução ao valor recuperável

O IFRS 9 exige que o Grupo registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros, com base em 12 meses ou por toda vida. A Companhia realiza análise ao valor recuperável, no mínimo anualmente, e, caso necessário, uma provisão por *impairment* é constituída.

(c) Estoque de imóveis a comercializar

Representam terrenos e edificações com intenção de venda pelo Grupo. Estão registrados pelo seu custo de aquisição e na medida em que são alienados compõem o resultado nos custos de imóveis vendidos na parcela do custo que foi alienada. Tais ativos são representados substancialmente pelos distritos industriais advindos da incorporação da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais – CDI no momento de criação da Codemig, e posteriormente cindidos da Codemig na criação da Codemge.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São avaliados ao custo histórico ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão, se em andamento, e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A política de provisão para redução ao valor recuperável considera a intenção da administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização, o valor contábil do ativo é integralmente provisionado. Somente há reversão do valor provisionado quando é realizada venda ou doação pelo Grupo.

(d) Depósito judicial

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

(e) Contas a receber

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis do Grupo são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidas por eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital do Grupo. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

(i) *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente, com periodicidade específica à cada investimento, ou quando circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(ii) *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, realizado em época do ano específica à cada ativo, mas no mesmo período do ano anterior, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de setembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis quando aplicável, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos conforme a seguir apresentado:

Prédios e Benfeitorias	26 a 80 anos
Equipamentos operacionais	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

(h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento reconhecidos como ativo, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 30 de setembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (a) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (b) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (c) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (d) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (e) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo também é testado anualmente.

(i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo: (i) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(j) Benefícios pós-aposentadoria

O Grupo patrocina o plano CODEMIG PREV, administrado e executado pela LIBERTAS – Fundação Libertas de Seguridade Social, estruturado na modalidade de contribuição definida, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios do Grupo. O referido plano foi aprovado pelo órgão governamental competente em 01 de outubro de 2013, tendo seu início operacional ocorrido em 01 de novembro de 2013.

Todos os benefícios oferecidos pelo plano CODEMIG PREV estão estritamente ligados ao saldo de contas acumulado pelo participante, em virtude das contribuições vertidas por estes e pelo Grupo (patrocinador).

Tendo em vista que a modalidade do plano de benefícios é contribuição definida, o reconhecimento da obrigação deste plano é direto, não sendo necessário realizar cálculos, devendo as contribuições realizadas no exercício serem reconhecidas como despesas com pessoal. As contribuições do Grupo para planos de benefícios de contribuição definida são debitadas à demonstração de resultados no período a que as contribuições se referem.

(k) Reconhecimento de receita

A receita, após adoção do IFRS 15/CPC 47, é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

- (a) identificação do contrato com o cliente;
- (b) identificação das obrigações de desempenho no contrato;
- (c) determinação do preço da transação;
- (d) alocação do preço da transação; e por fim,
- (e) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

Participação na SCP com a CBMM

A receita é reconhecida, conforme contrato firmado entre a Codemig e a CBMM, quando o direito da Codemig de receber o pagamento decorrente do lucro sobre a operação da SCP for mensurado e informado, o que ocorre usualmente em bases mensais, pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM (sócia ostensiva da SCP).

(I) Impostos

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes, do último exercício e de anos anteriores, são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente de patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo, na revisão de seus ativos fiscais diferidos decorrentes de sucessivos prejuízos fiscais, entende que tal cenário não será revertido em um futuro próximo, de modo que o ativo gerado de tal benefício fiscal substancialmente não se encontra apresentado em suas demonstrações. Após os atos de cisão, a Codemig veio a apresentar, pela primeira vez nos últimos anos recentes lucro tributável. A administração está avaliando qual a projeção de resultados da investida para um cenário de médio prazo e qual seria o tributo diferido ativo a ser reconhecido decorrente dessa expectativa.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) em vigor na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

(m) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e, também, sua moeda de apresentação.

2.5 Pronunciamento emitido mas que não estava em vigor em 30 de setembro de 2018

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o período de oito meses findos em 30 de setembro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

(i) IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações. O Grupo está avaliando os contratos atuais de prestações de serviço e de arrendamento para mensurar adequadamente os impactos da implantação da nova norma. Até a fase atual de avaliação, nenhum impacto foi identificado nas demonstrações financeiras do Grupo, pelo seu perfil de arrendador e não de arrendatário.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão demonstradas a seguir:

(a) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de empresas contratadas e engenheiros do Grupo, que são revisados regularmente. A administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

(b) Custos de desenvolvimento

Custos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a prática contábil descrita na Nota 2.4 (h). A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. Em 30 de setembro de 2018, o valor contábil dos custos de desenvolvimento capitalizados era de R\$20.142. Vide Nota 13.

(c) Provisões para riscos litigiosos

O Grupo reconhece provisão para causas litigiosas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(d) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O reconhecimento do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em coligadas está em consonância com a Nota 2.2 (a). A metodologia utilizada para os testes de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração de cada investida.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos do Grupo, foram consideradas premissas específicas relativas aos fluxos operacionais e de investimento de cada uma das empresas, que variam de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados, taxas de utilização da capacidade instalada, necessidade de investimentos, oportunidade de otimização, entre outros fatores. Essas premissas relativas às projeções operacionais refletem as perspectivas e iniciativas contidas nos planos de negócios de cada investida.

A expectativa de evolução da receita das investidas é assim apresentada:

Empresas	Variação anual da receita líquida				
	2018	2019	2020	2021	2022
IAS	122,6%	24,8%	25,1%	25,1%	25,0%
Helibrás	12,3%	21,1%	22,4%	9,3%	0,0%
Vodafone	23,8%	25,1%	63,4%	69,3%	4,1%

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação aos custos e despesas, foi considerado um crescimento nominal com base na taxa de inflação e no aumento das vendas para os próximos anos.

Variação anual dos custos e das despesas

Empresas	2018	2019	2020	2021	2022
IAS	108,9%	8,7%	22,7%	22,4%	22,6%
Helibrás	9,9%	20,2%	21,4%	9,3%	1,3%
Vodafone	-10,4%	-9,1%	43,1%	47,8%	4,1%

A taxa de desconto utilizada foi calculada, entre outros fatores, com base na taxa livre de risco, risco país, prêmio de tamanho e o beta do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual de cada uma das investidas, bem como a carga tributária aplicável no capital de terceiros.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 5 anos uma vez que este é o período utilizado pelo Grupo para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento nominal médio de 4,0% ao ano para todas as unidades geradoras de caixa das investidas. Vide Nota 11.2.

2.7 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Grupo requer que a administração faça julgamentos críticos e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Os principais julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis estão apresentados a seguir:

(a) Impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

O Grupo apresentou no período de oito meses findos em 30 de setembro de 2018 prejuízos fiscais no valor de R\$196.879. Esses prejuízos referem-se ao acumulado dos resultados fiscais de todas as entidades do Grupo, as quais não possuem expectativa de lucros tributáveis em um futuro próximo. Caso o Grupo tivesse uma expectativa de lucro fiscal nos exercícios futuros, um ativo diferido seria reconhecido na proporção de 34% dos lucros projetados, conforme benefício fiscal vigente, capazes de utilizar os prejuízos fiscais constituídos nesse exercício. Dessa maneira a administração julgou que tais ativos diferidos não deveriam ser reconhecidos. Considerando que a partir de setembro de 2018 a Codemig passou a gerar lucro tributável, a administração está avaliando qual a projeção de resultados da investida para um cenário de médio prazo e qual seria o tributo diferido ativo a ser reconhecido decorrente dessa expectativa.

Em 30 de setembro de 2018 o prejuízo fiscal acumulado controlado pela Companhia é de R\$206.514. Para conciliação da taxa efetiva dos tributos sobre o lucro, vide Nota 26.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O Grupo não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e mercado (risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros).

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Controladora				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de setembro de 2018					
Contas a pagar	14.174	-	-	-	14.174
Contas a pagar com partes relacionadas	3.785	-	62.032	39.604	105.421
Adiantamentos e cauções recebidos	2.128	44	77	-	2.249
	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de setembro de 2018					
Contas a pagar	305.562	-	-	-	305.562
Adiantamentos e cauções recebidos	2.132	44	62.108	85.125	149.409

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos do Grupo é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas significativas registradas em contas a receber desde a constituição da SCP. Os acordos firmados com a CBMM vêm sendo honrados tempestivamente.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com relação ao caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários os mesmos apresentam baixo risco de crédito, tendo em vista que a maioria das aplicações possuem possibilidade de resgate imediato e estão distribuídas entre instituições bancárias e financeiras sólidas, sob a regra de 30% de concentração máxima de recursos em uma única instituição. A política de aplicação do Grupo considera os princípios da boa governança, com vistas a obter o melhor nível de retorno em operações de baixo risco e sem carência ou com prazo de carência curto, tendo em vista o perfil de investimento conservador do Grupo e sua necessidade de liquidez.

(c) Risco cambial

O Grupo possui risco de exposição cambial referente às operações de adiantamentos de receitas mencionadas na Nota 18, realizados em Iene. Tais riscos a exposição cambial são acompanhados pela administração do Grupo, que avaliava periodicamente os riscos existentes nos passivos atrelados a outras moedas.

4 Instrumentos financeiros por categoria

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor contábil:

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2018</u>
Ativos		
Subsequentemente mensurados ao:		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	141.108	457.267
Títulos e valores mobiliários	-	96.437
Contas a receber	5.608	175.317
Contas a receber com partes relacionadas	97.026	21.155
	<u>243.742</u>	<u>750.176</u>
VJR		
Títulos e valores mobiliários	80.183	109.283
	<u>80.183</u>	<u>109.283</u>
VJORA		
BDMG	170.388	170.388
FIP Aerotec	-	25.356
	<u>170.388</u>	<u>195.744</u>
Total de instrumentos financeiros ativos	<u>494.313</u>	<u>1.055.203</u>
Passivos		
Subsequentemente mensurados ao:		
Custo amortizado		
Contas a pagar	14.174	305.562
Contas a pagar com partes relacionadas	105.419	-
Adiantamento e cauções recebidas	2.249	149.409
Total de instrumentos financeiros passivos	<u>121.842</u>	<u>454.971</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2018</u>
Caixa e bancos conta movimento	16.845	23.159
Certificados de depósitos bancários – CDB	124.263	434.108
	<u>141.108</u>	<u>457.267</u>

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário ou operações compromissadas, com liquidez imediata, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, sendo consideradas, portanto, equivalentes de caixa. O Grupo possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade.

Estes instrumentos tiveram com remuneração média 98,36% e 100,17% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), individual e consolidado, respectivamente, no período de oito meses findos em 30 de setembro de 2018.

6 Títulos e valores mobiliários

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2018</u>
Fundos de investimento (i)	80.183	109.283
Debêntures (ii)	-	75.711
Letras financeiras (iii)	-	20.726
	<u>80.183</u>	<u>205.720</u>
Circulante	80.183	114.196
Não circulante	-	91.524
	<u>80.183</u>	<u>205.720</u>

- (i) Os fundos de investimento nos quais a Companhia aplica seus recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e possuem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro. Considerando a alta liquidez destes fundos, o Grupo se utiliza de seus recursos para a movimentação do seu capital de giro operacional.
- (ii) A Codepar, subsidiária integral da Codemge, aplicou R\$24.250 em debêntures emitidas pelas suas investidas como parte de sua estratégia de *founding*. Foram adquiridas debêntures da Vodafone Brasil no montante de R\$20.000 remunerados em 140% do CDI a qual será amortizada mensalmente, em 48 parcelas, a partir de 25 de outubro de 2018. Em complemento, foram adquiridas debêntures do BioTech Town no montante de R\$4.250 remunerados à 100% do CDI com vencimento em 20 anos.
- (iii) A Codemig, subsidiária parcial da Codemge, aplicou R\$20.000 em letras financeiras subordinadas de longo prazo do Banco Mercantil do Brasil com o vencimento em 16 de outubro de 2024 e recebimento semestral dos juros previstos para os meses de abril e outubro de cada exercício. Em 30 de setembro de 2018 a Companhia possuía juros acumulados em R\$726 que serão recebidos em 16 de outubro de 2018, e por isso, estão apresentados no ativo circulante. Esse instrumento tem como remuneração 125% do CDI.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber

As contas a receber do Grupo correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 30 dias à data de apresentação desta demonstração financeira. Considerando que o recebimento contratualmente mensal dos resultados da SCP, seu saldo pode apresentar oscilações sem correlação à variação das receitas acumuladas do período, uma vez que as bases temporais não são correlatas. Além disso, o Grupo possui também valores a receber decorrentes: de arrendamentos, da venda de vouchers aéreos do projeto Voe Minas Gerais, da administração do terminal rodoviário Governador Israel Pinheiro, da venda de imóveis no curso normal das atividades e da comercialização de água mineral. Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2018</u>
<u>Sociedade em Conta de Participação:</u>		
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	-	163.492
<u>Outros contas a receber:</u>		
Arrendamentos e recebíveis operacionais	15.525	21.743
Contas a receber por venda de imóveis	272	272
Demais contas	-	656
	<u>15.797</u>	<u>186.163</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(10.189)</u>	<u>(10.846)</u>
	<u>5.608</u>	<u>175.317</u>

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2018</u>
A Vencer	3.393	172.916
Vencidos:		
Em até 30 dias	689	689
Entre 30 e 60 dias	47	47
Entre 60 e 90 dias	62	62
Entre 90 e 180 dias	2.070	2.088
Há mais de 180 dias	9.536	10.361
	<u>15.797</u>	<u>186.163</u>

Do montante apresentado no saldo de contas a receber, parte substancial está relacionada à participação do Grupo na SCP com a CBMM, que não apresenta nenhum histórico de inadimplência. Levando em consideração as informações históricas sobre índices de inadimplência da Companhia e suas controladas para os demais valores de contas a receber, o crédito decorrente desses saldos a vencer também é de alta liquidez com baixo risco de perda. O prazo médio de recebimento desses valores é inferior a 30 dias.

A Companhia constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), quando a administração entende ter indicação de perda na realização de tais créditos. A administração analisou individualmente a situação dos seus recebíveis e constituiu PECLD para as perdas que considerou prováveis em seu julgamento. A movimentação da provisão para perdas de contas a receber está apresentada a seguir:

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2018</u>
Saldo inicial	-	-
Saldo advindo da cisão	(7.546)	(9.527)
Constituição	(2.670)	(3.327)
Reversão por recebimento do título	15	1.354
Reversão por baixa do título / perda	12	12
Reversão por liquidação Prominas	-	642
Saldo final	<u>(10.189)</u>	<u>(10.846)</u>

8 Tributos a recuperar a recuperar

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2018</u>
Imposto de renda	15.765	23.176
Contribuição social	743	1.274
Tributos diferidos	-	3.422
Outros impostos e contribuições a recuperar	39	39
	<u>16.547</u>	<u>27.911</u>
Circulante	621	8.251
Não circulante	15.926	19.660
	<u>16.547</u>	<u>27.911</u>

O saldo deste grupo corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras da Companhia de 2018 e do saldo advindo da cisão de antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Pelo fato da Companhia apresentar prejuízo fiscal recorrente, os valores são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação (PIS, COFINS e IRRF sobre a folha de pagamentos).

9 Depósitos judiciais

Os depósitos referem-se a valores depositados em juízo em razão da desapropriação de terrenos no entorno da Cidade Administrativa bem como de outros processos judiciais em andamento. Os valores são realizados na medida em que os processos judiciais transitam em julgado.

O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2018</u>
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa	15.736	15.736
Demais depósitos	353	1.381
	<u>16.089</u>	<u>17.117</u>

10 Estoque de imóveis a comercializar

Representam estoque de distritos industriais e de terrenos que não serão destinados para uso próprio do Grupo e, conseqüentemente, estão disponíveis para venda. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e consolidado
	30/09/2018
Distritos industriais	10.844
Ribeirão das Neves	27.185
Sete Lagoas	1.672
Governador Valadares	1.095
	<u>40.796</u>
Provisão para redução ao valor recuperável	<u>(9.746)</u>
	<u>31.050</u>

A política de provisão para redução ao valor recuperável considera a intenção da administração de venda dos terrenos e distritos industriais. Quando não há intenção de comercialização, o valor contábil do ativo é integralmente provisionado. Somente há reversão do valor provisionado quando é realizada venda ou doação pelo Grupo. Não houve movimentação relevante da provisão em relação ao saldo de cisão.

11 Participações societárias e outros ativos financeiros

Este grupo de contas é composto por i) participações societárias de controladas e coligadas, sobre as quais a Codemge exerce influência significativa e controle, respectivamente; e ii) outros ativos financeiros, composto por outras empresas em que não existe influência significativa - instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O saldo é dividido como segue:

	Nota	Controladora	Consolidado
		30/06/2018	30/06/2018
Outros ativos financeiros	11.1	170.388	195.744
Participações societárias	11.2	<u>584.126</u>	<u>212.172</u>
		<u>754.514</u>	<u>407.916</u>

11.1 Outros ativos financeiros

	Controladora	Consolidado
	30/09/2018	30/09/2018
Participação acionária direta		
BDMG		
Saldo advindo da cisão	177.756	177.756
Reconhecimento inicial ao valor justo	<u>(7.368)</u>	<u>(7.368)</u>
	<u>170.388</u>	<u>170.388</u>
Participação em fundos de investimento		
FIP AEROTEC		
Saldo advindo da cisão	-	11.381
Aquisição de cotas	-	17.920
Desvalorização de cotas	-	<u>(3.945)</u>
	<u>-</u>	<u>25.356</u>
Total	<u>170.388</u>	<u>195.744</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

BDMG

Em 2012 a Codemig adquiriu ações ordinárias de emissão do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, banco público controlado pelo Governo de Estado de Minas Gerais e, portanto, parte relacionada da Companhia. O aporte de capital no BDMG teve como objetivo (i) induzir de forma indireta o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, pela alavancagem da capacidade do banco de conceder financiamento para empreendimentos de pequeno, médio e grande porte no Estado de Minas Gerais; e (ii) gerar retorno sobre o capital da Companhia.

A Codemig não obteve controle ou influência significativa através desta operação e, portanto, não vinha tratando este investimento como investimento em coligada, e sim, como investimento disponível para venda. No momento inicial da cisão, tal investimento foi avaliado ao custo, pelo fato das ações do BDMG não serem cotadas em mercado ativo e o seu valor justo não poder ser confiavelmente mensurado, conforme era permitido pelo CPC 38/IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

No entanto, a partir de 2018, tal ativo passou a ser mensurado pelo seu valor justo conforme aplicação da nova norma de instrumentos financeiros, CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Dentre as abordagens de avaliação apresentadas no CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, concluiu-se que a mais aplicável ao caso, tendo em vista sua complexidade de mensuração de valor justo pela inexistência de mercado para tais ações, seria a de abordagem de custo, de maneira que seu valor justo foi mensurado considerando a técnica de custo de reposição do ativo.

Dessa forma, para a determinação do valor justo, utilizou-se o preço de emissão de ações utilizado pelo BDMG em seu último evento de aumento de capital como base para a avaliação do custo de reposição do ativo, que na sua última ata de aumento de capital, em 26 de abril de 2017 era de R\$0,03 por ação. Sendo a Codemge proprietária de 5.679.588.882 ações em 31 de janeiro de 2018, o valor justo mensurado do ativo seria de R\$170.388. A diferença de R\$7.368 foi lançada diretamente ao Patrimônio Líquido da Codemge após a cisão.

Em 11 de setembro de 2018 houve novo aumento de capital no BDMG, onde o preço de emissão permaneceu em R\$0,03. Sendo assim, em 30 de setembro de 2018, não houve alteração no valor do justo do ativo, mantido à R\$170.387.

Vale ressaltar que, a lei das S.A. determina que o preço de emissão da ação poderá ser avaliado considerando: (i) a perspectiva de rentabilidade da companhia, (ii) o valor do patrimônio líquido da ação, e (iii) a cotação de suas ações em Bolsa de Valores ou no mercado de balcão organizado, admitido ágio ou deságio em função das condições de mercado. Em agosto de 2018, antes do último aumento de capital, o patrimônio líquido avaliado em R\$1.723.743 que se encontrava dividido em 64.242.827.562 ações ordinárias. Sendo assim o valor de patrimônio da ação estaria avaliado à R\$0,0268. Devido a impossibilidade de fixação do valor da ação por fração de centavo, o valor da ação é automaticamente arredondado para R\$0,03. Considerando que o custo de reposição é determinado pelo valor de transação, não é adequado considerarmos o valor de patrimônio da ação, pois ele seria insuficiente para a reposição do ativo. Assim reiteramos que o valor de reposição das ações do BDMG possui valor justo, pela abordagem de custo e técnica de custo de reposição, de R\$170.388.

Contudo, destacamos que, na ocorrência de um evento de grupamento de ações do BDMG possivelmente as casas decimais não terão tanta representatividade no preço da ação a ponto de que os eventuais arredondamentos não causem diferenças relevantes, logo a avaliação da ação será melhor representada por seu valor patrimonial. Essa informação é relevante pois o arredondamento atual representa um incremento de 12% no valor da ação. Se fosse considerado o valor fracionado da ação, a participação da Codemge no BDMG estaria avaliada em R\$152.393. Ainda em tempo, em eventual redução do valor do patrimônio líquido, é possível que o valor patrimonial da ação seja arredondado para baixo, para R\$0,02. Nesse caso, o valor do ativo atingiria o montante de R\$113.592, e a variação do valor justo seria registrada em outros resultados abrangentes pela Codemge.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Em análise pela auditoria externa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

FIP AEROTEC

O AEROTEC - Fundo de Investimento em Participações foi constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento, de acordo com a Instrução CVM nº 578/16 e demais disposições legais e regulamentares. Classificado como um fundo restrito tipo 2 nos termos da Deliberação ANBIMA, é destinado exclusivamente a investidores profissionais. A administração e gestão do Fundo serão responsabilidade da Confrapar Participações e Pesquisa S.A., vencedora de processo licitatório conduzido pela Codepar.

O objetivo preponderante do fundo é obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas por meio de investimentos diretos e/ou indiretos em valores mobiliários de emissão de empresas com sede social estabelecida no Estado de Minas Gerais, que possuam alto potencial de crescimento e atuação no setor aeroespacial. O fundo também mantém foco em tecnologias de manufatura aditiva e/ou avançada, alinhando-se ao planejamento e à política de investimentos da Codemig.

O prazo de duração do fundo será de 10 anos contados a partir da data de registro do fundo na CVM, prazo este que poderá ser prorrogado, mediante proposta do Administrador/Gestor, por até cinco períodos adicionais de um ano.

A Codepar já realizou doze integralizações de quotas no AEROTEC, totalizando um investimento de aproximadamente R\$35.420, valor equivalente a 25,30% do capital subscrito do fundo.

A composição dos saldos do fundos está apresentada da seguinte maneira:

<u>Fundo</u>	<u>Administrador</u>	<u>30/09/2018</u>
FIP AEROTEC	Confrapar Participações	35.420

O FIP AEROTEC possui a seguinte disposição de capital:

<u>Fundo</u>	<u>Capital comprometido</u>	<u>Capital investido</u>	<u>Capital à investir</u>
FIP AEROTEC	140.000	35.420	104.580

Em 30 de setembro de 2018 o FIP AEROTEC havia investido nas seguintes participações:

<u>Participações</u>	<u>Capital integralizado</u>
Altave	1.500
Flapper	2.291
Oxis Energy	20.002
Cliever	1.750

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2 Investimentos em participações societárias

O Grupo possui investimentos em controladas e coligadas visando o desenvolvimento econômico diversificado do Estado de Minas Gerais. Naqueles investimentos em que possui influência significativa, o Grupo formalizou acordos de acionistas e outros documentos pertinentes visando a proteção de seus direitos enquanto acionista minoritário, não integrante de bloco de controle.

Natureza e extensão das participações materiais em controladas e coligadas do Grupo:

Além dessas participações societárias, o Grupo possui participação de 55% no lucro e 50% no patrimônio afetado de uma SCP que objetiva assumir as atividades da Codeáguas no envasamento e comercialização das águas minerais de Caxambú e Cambuquira. Por uma SCP não ser uma sociedade de fato, suas informações não foram descritas no quadro acima.

Controladas (a) e coligadas (b)	Sede	Quantidade de ações / quotas		% participação no capital social		Natureza do Investimento
		Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	
Controladora						
CODEMIG	(a) Belo Horizonte	227.199	-	70,00%	70,00%	Empresa detentora dos direitos minerários do nióbio e sócia da SCP em conjunto com a CBMM.
CODEPAR	(a) Belo Horizonte	206.196.000	-	100,00%	100,00%	Veículo de investimentos, subsidiária integral da CODEMIG.
CODEÁGUAS	(a) Belo Horizonte	5.795.900	-	99,99%	99,99%	Empresa limitada do ramo de bebidas e extração de água mineral.
Consolidado						
COMIPA	(b) Araxá	187.272.000	20.783.520	50,99%	48,26%	Aquisição primária de ações para exploração mineral de Nióbio.
IAS	(b) São José da Lapa	1.764.706	-	15,00%	15,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor Aeroespacial.
Helibrás	(b) Itajubá	70.190.051	13.292.583	15,51%	25,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor Aeroespacial.
Vodafone Brasil	(b) Nova Lima	412.236	-	42,80%	42,80%	Aquisição primária de ações para apoio do setor de telecomunicações sem fio.
Biotech.Town	(b) Nova Lima	1.364.834	-	49,50%	49,50%	Aquisição primária de ações para desenvolvimento e aceleração de empresas em biotecnologia.
CBL	(b) Divida Alegre	1.666.667	-	33,33%	33,33%	Aquisição secundária de ações para alavancar o mercado de exploração e mineração de lítio e produção de compostos químicos e seus co-produtos.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos saldos dos investimentos:

Investimentos				Controladora
	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (<i>goodwill</i>)	30/09/2018 Total
CODEMIG	313.379	-	-	313.379
CODEPAR	267.289	-	-	267.289
CODEÁGUAS	716	-	-	716
SCP Água Mineral (ii)	1.416	-	-	1.416
Outros investimentos	1.326	-	-	1.326
	584.126	-	-	584.126

Investimentos				Consolidado
	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (<i>goodwill</i>)	30/09/2018 Total
SCP Água Mineral	1.416	-	-	1.416
COMIPA	1.192	-	-	1.192
IAS (i) (ii)	5.983	14.207	-	20.190
Helibrás (i)	25.332	42.626	-	67.958
Vodafone Brasil (i) (ii)	2.871	13.544	21.155	37.570
BiotechTown (i) (ii)	979	-	-	979
CBL (i) (ii)	16.151	65.390	-	81.541
Outros investimentos	1.326	-	-	1.326
	55.250	135.767	21.155	212.172

- (i) Empresas coligadas à Codepar.
(ii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da SCP Água Mineral, da IAS, da Vodafone Brasil, da Biotech Town e da CBL, as informações financeiras de 31 de agosto de 2018.

Alocação do preço de compra dos investimentos:

O Grupo, no momento da compra dos investimentos, realizou a alocação do preço de compra entre valor correspondente à participação no patrimônio líquido, no valor justo de ativos e passivos, líquidos, e ágio advindo de expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa, conforme já mencionado na Nota 2.2 (a). Considerando a existência de ágio (*goodwill*), a Codepar realizou testes de *impairment* no exercício anterior conforme apresentado na Nota 2.6 (d).

- (a) A alocação do preço de compra da IAS teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados em contratos de clientes com os órgãos de defesa do Governo Federal, enquanto o ágio encontra-se baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado. Após análise por especialistas, a Codepar realizou um *impairment* do ágio e de parte da mais valia em 2017 no montante acumulado de R\$4.429.
- (b) A alocação do preço de compra da Helibrás teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados em contratos de clientes e valor justo de mercado de seu imobilizado, enquanto o ágio encontra-se baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado. Após análise por especialistas, a Codepar realizou um *impairment* do ágio e de parte da mais valia em 2017 no montante acumulado de R\$23.408.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) A alocação do preço de compra da Vodafone teve a mais valia de ativos e passivos a valor justo baseados no valor justo de mercado de seus estoques e no valor justo do know-how advindo da Vodafone, enquanto o ágio encontra-se baseado no fluxo de caixa descontado futuro estimado.

O reconhecimento do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em coligadas está em consonância com a Nota 2.2 (a). A metodologia utilizada para os cálculos de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração de cada uma das investidas.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Codepar, foram consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas, que variam de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada. Essas premissas de crescimento de receita foram embasadas por iniciativas presentes no plano de negócios, assumindo um crescimento médio anual da receita líquida em decorrência de volume e preço.

Em relação aos custos e despesas, foi considerado um crescimento nominal com base na taxa de inflação e no aumento das vendas para os próximos anos. Uma vez que a maior parte dos contratos de aluguel, fornecedores, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base na taxa livre de risco, risco país, prêmio de tamanho e o beta do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual da investida e sua evolução ao longo do período em questão, bem como a alocação tributária de cada parcela do capital, próprio e de terceiros. A taxa média calculada foi de 13,7% para as unidades geradoras de caixa.

O período de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 5 anos uma vez que este é o período utilizado pela Codepar para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento nominal médio de 4,0% ao ano para todas as unidades geradoras de caixa.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição e movimentação dos investimentos em participações societárias durante o período de oito meses findos em 30 de setembro de 2018:

										Controladora
Investidas	Saldo em 31/12/2017	Cisão	Aquisição de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Extinção de investida	Saldo em 30/09/2018	
CODEMIG	-	-	260.331	457.062	(669)	-	(403.345)	-	313.379	
CODEPAR	-	179.721	100.960	(6.712)	-	(6.680)	-	-	267.289	
CODEÁGUAS	-	1.697	(35)	(946)	-	-	-	-	716	
PROMINAS	-	2.599	748	517	-	(621)	-	(3.243)	-	
SCP Água Mineral	-	1.500	-	(84)	-	-	-	-	1.416	
Outros investimentos	-	1.276	82	(32)	-	-	-	-	1.326	
	-	186.793	362.086	449.805	(669)	(7.301)	(403.345)	(3.243)	584.126	
										Consolidado
Investidas	Saldo em 31/12/2017	Cisão	Aquisição de participação	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste pós aquisição no valor justo	Reversão de impairment do ágio	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Extinção de investida	Saldo em 30/09/2018
PROMINAS	-	2.599	748	517	-	(621)	-	-	(3.243)	-
SCP Água Mineral	-	1.500	-	(84)	-	-	-	-	-	1.416
COMIPA	-	-	318	874	-	-	-	-	-	1.192
IAS	-	20.706	-	136	(253)	-	-	(399)	-	20.190
Helibrás	-	82.763	-	(6.001)	(6.318)	1.541	(4.027)	-	-	67.958
Vodafone Brasil	-	41.127	-	(2.815)	(742)	-	-	-	-	37.570
Biotech Town	-	-	1.365	(386)	-	-	-	-	-	979
CBL	-	-	80.248	1.342	-	-	(49)	-	-	81.541
Outros investimentos	-	1.276	82	(32)	-	-	-	-	-	1.326
	-	149.971	82.761	(6.449)	(7.313)	920	(4.076)	(399)	(3.243)	212.172

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações financeiras da carteira de investimentos em coligadas e controladas em 30 de setembro de 2018:

(a) Informações patrimoniais sobre controladas e coligadas

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Controladas					
CODEMIG	522.378	519.787	428.373	166.115	447.677
CODEPAR	11.361	258.064	2.136	-	267.289
CODEÁGUAS	719	-	3	-	716
Coligadas					
SCP Água Mineral	3.249	27	443	-	2.833
COMIPA	11.711	116	9.408	82	2.337
IAS	46.723	26.469	29.272	6.212	37.708
Helibrás	772.946	275.878	518.538	366.944	163.342
Vodafone Brasil	15.919	43.205	22.209	30.208	6.707
Biotech Town	4.582	1.685	72	4.253	1.942
CBL	22.309	37.399	10.943	313	48.452

(b) Informações de resultado do período sob análise

	Receita bruta	Lucros e prejuízos do período	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Controladas				
CODEMIG	1.022.540	691.857	(870)	690.987
CODEPAR	4.692	(7.295)	(6.680)	(13.975)
CODEÁGUAS	1.694	(1.140)	-	(1.140)
Coligadas				
SCP Água Mineral	-	-	-	-
COMIPA	77.235	1.810	-	1.810
IAS	7.872	(2.692)	-	(2.692)
Helibrás	398.485	(34.463)	(23.747)	(58.210)
Vodafone Brasil	22.510	(5.807)	-	(5.807)
Biotech Town	-	(814)	-	(814)
CBL	73.482	14.971	(146)	14.825

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

O imobilizado do Grupo se compõe como segue:

				Controladora	
				30/09/2018	31/12/2017
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Impairment</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Terrenos	226.073	-	-	226.073	-
Prédios e benfeitorias	438.123	(120.868)	(2.224)	315.031	-
Equipamentos operacionais	77.698	(39.206)	(1.254)	37.238	-
Imobilizado em andamento	191.717	-	-	191.717	-
Outros imobilizados	645	-	-	645	-
	934.256	(160.074)	(3.478)	770.704	-
				Consolidado	
				30/09/2018	31/12/2017
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Impairment</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Terrenos	465.282	-	(2.224)	463.058	-
Prédios e benfeitorias	546.366	(123.701)	(1.254)	421.411	-
Equipamentos operacionais	78.211	(39.206)	-	39.005	-
Imobilizado em andamento	191.717	-	-	191.717	-
Outros imobilizados	644	(9)	-	635	-
	1.282.220	(162.916)	(3.478)	1.115.826	-

Movimentação do imobilizado:

					Controladora
	31/12/2017	Cisão	Adições	Baixas	30/09/2018
Custo					
Terrenos	-	227.235	-	(1.162)	226.073
Prédios e benfeitorias	-	476.283	-	(38.160)	438.123
Equipamentos operacionais	-	78.720	813	(1.835)	77.698
Imobilizado em andamento	-	171.427	22.168	(1.878)	191.717
Outros imobilizados	-	90	555	-	645
	-	953.755	23.536	(43.035)	934.256
Depreciação					
Prédios e benfeitorias	-	(120.625)	(4.027)	3.784	(120.868)
Equipamentos operacionais	-	(36.367)	(3.982)	1.143	(39.206)
	-	(156.992)	(8.009)	4.927	(160.074)
<i>Impairment</i>	-	(3.559)	-	81	(3.478)
Imobilizado líquido	-	793.204	15.527	(38.027)	770.704

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Consolidado
	31/12/2017	Cisão	Aquisição de controlada	Adições	Baixas	30/09/2018
Custo						
Terrenos	-	227.235	239.209	-	(1.162)	465.282
Prédios e benfeitorias	-	476.283	108.243	-	(38.160)	546.366
Equipamentos operacionais	-	79.329	-	813	(1.931)	78.211
Imobilizado em andamento	-	171.427	-	22.168	(1.878)	191.717
Outros imobilizados	-	91	-	555	(2)	644
	-	954.365	347.452	23.536	(43.133)	1.282.220
Depreciação						
Prédios e benfeitorias	-	(120.625)	(1.911)	(4.949)	3.784	(123.701)
Equipamentos operacionais	-	(36.367)	-	(3.982)	1.143	(39.206)
Outros imobilizados	-	(11)	-	(9)	11	(9)
	-	(157.003)	(1.911)	(8.940)	4.938	(162.916)
<i>Impairment</i>	-	(3.559)	-	-	81	(3.478)
Imobilizado líquido	-	793.803	345.541	14.596	(38.114)	1.115.826

13 Intangível

O intangível do Grupo se compõe como segue:

				Controladora
				30/09/2018
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Saldo líquido
Custos de desenvolvimento	20.142	-	-	20.142
Direitos contratuais	3.793	(564)	-	3.229
Marcas e patentes	235	-	-	235
Softwares	1.873	(1.380)	-	493
Direitos de lavra e jazidas	12.087	(6)	(12.029)	52
	38.130	(1.950)	(12.029)	24.151
				Consolidado
				30/09/2018
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Saldo líquido
Custos de desenvolvimento	20.142	-	-	20.142
Direitos contratuais	3.793	(564)	-	3.229
Marcas e patentes	242	-	-	242
Softwares	1.873	(1.380)	-	493
Direitos de lavra e jazidas	12.100	(6)	(12.029)	65
	38.150	(1.950)	(12.029)	24.171

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do intangível:

	Controladora			
	31/12/2017	Cisão	Adições	30/09/2018
Custo				
Custos de desenvolvimento	-	16.250	3.892	20.142
Direitos contratuais	-	1.644	2.149	3.793
Marcas e patentes	-	215	20	235
Softwares	-	1.857	16	1.873
Direitos de lavra e jazidas	-	12.087	-	12.087
	-	32.053	6.077	38.130
Amortização				
Direitos contratuais	-	(341)	(223)	(564)
Software	-	(1.262)	(118)	(1.380)
Direitos de lavra e jazidas	-	(3)	(3)	(6)
	-	(1.606)	(344)	(1.950)
<i>Impairment</i>	-	(12.029)	-	(12.029)
Intangível líquido	-	18.418	5.733	24.151

	Consolidado				
	31/12/2017	Cisão	Aquisição de controlada	Adições	30/09/2018
Custo					
Custos de desenvolvimento	-	16.250	-	3.892	20.142
Direitos contratuais	-	1.644	-	2.149	3.793
Marcas e patentes	-	215	-	27	242
Softwares	-	1.857	-	16	1.873
Direitos de lavra e jazidas	-	12.087	13	-	12.100
	-	32.053	13	6.084	38.150
Amortização					
Direitos contratuais	-	(341)	-	(223)	(564)
Software	-	(1.262)	-	(118)	(1.380)
Direitos de lavra e jazidas	-	(3)	-	(3)	(6)
	-	(1.606)	-	(344)	(1.950)
<i>Impairment</i>	-	(12.029)	-	-	(12.029)
Intangível líquido	-	18.418	13	5.740	24.171

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Partes relacionadas

Os saldos e as transações da Companhia com partes relacionadas têm a seguinte composição:

	<u>ATIVO</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>RECEITA</u>	<u>DESPESA</u>
	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2018</u>
Grupo econômico				
ESTADO DE MINAS GERAIS				
Gastos com convênios (Nota 25) (i)	-	-	-	(74.023)
MGI				
<i>Não circulante</i>				
Contas a receber (ii)	17.992	-	-	-
Controladas				
CODEMIG				
<i>Circulante</i>				
Compartilhamento de custos (iii)	-	-	2.717	-
Dividendos a receber	79.034	-	-	-
Contas a pagar (iv)	-	3.783	-	-
<i>Não circulante</i>				
Contas a pagar (Nota 18)	-	101.636	-	-
CODEÁGUAS				
<i>Não circulante</i>				
Despesas compartilhadas	-	-	321	-

- (i) A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, e nesse contexto, está autorizada a firmar contrato ou convênio de cooperação econômica ou técnica e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado. Devido a cisão parcial mencionada na Nota 1(c), houve transferência integral das obrigações legais e contratuais dos contratos de convênios para a Codemge.
- (ii) Refere-se a contas a receber da Minas Gerais Participações S.A. – MGI pela venda de parcela da participação da Codemig no BDMG em 16 de junho de 2016.
- (iii) A administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a Codemig, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, incluindo folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são repassados e ressarcidos pela Codemig mensalmente.
- (iv) Os passivos mantidos com a Codemig, decorrem da cisão mencionada na Nota 1(c) e representam transações assumidas pela Codemig por conta e ordem da Codemge durante o período de transição das atividades no momento pós-cisão, saldos de contas a receber que a Codemig tem com a CBMM residuais de 31 janeiro de 2018 e transações de Pré-Pagamento de Exportação firmados pela CBMM que adiantaram receitas futuras da SCP e que, conforme atos societários da cisão, deverão ser pagos pela Codemig mas imediatamente ressarcidos pela Codemge.

(a) Remuneração da administração

A administração da Companhia é conduzida de forma integrada com a Codemig, dessa forma, os custos da estrutura bem como as despesas administrativas, exceto pela folha de pagamentos, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos pela Codemge.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando que a administração da Codemig possui cargos administrativos na Codemge, todos seus membros abriram mão de seus recebimentos na Codemig, uma vez que pela Lei 13.303/16 é proibida a assunção de cargos remunerados em mais de um ente público. Portanto, não há despesas com remuneração da administração no resultado da Codemig em 30 de setembro de 2018.

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Codemig e da Codemge durante o período de oito meses findos em 30 de setembro de 2018 totalizaram R\$4.408 e estão contabilizadas na Codemge.

(b) Caixa movimentado entre partes relacionadas

	<u>Período de 8 meses findo em</u> <u>30/09/2018</u>
(i) Transações pela Codemig por conta e ordem da Codemge	213.521
(ii) Recebimento de ativos relacionados a CBMM advindos da cisão	75.497
(iii) Recebimento de T&VM advindos da cisão	130.767
(iv) Retenção de aumentos de capital do Estado recebidos pela Codemig	(104.000)
(v) Recebimentos de ACCs e ACEs com a CBMM na data da cisão	9.587
(vi) Compensação de custos compartilhados arcados pela Codemge	2.719
(vii) Outros	289
Total	<u>328.380</u>

- (i) A Codemge, como parte de seu processo de cisão se utilizou de ativos e do nome da Codemig para execução de suas atividades, anteriormente realizadas pela Codemig, considerando seu período de adaptação e regularização fiscal, legal e operacional. Tais transações sempre se lastraram na disponibilidade de lucros a serem distribuídos pela Codemig. Os saldos em aberto entre partes relacionadas, até o fim do exercício, serão liquidados com dividendos advindos da Codemig;
- (ii) A cisão destinou à Codemge saldos em aberto entre Codemig e CBMM que só seriam liquidados em momento futuro. Na sua liquidação, a Codemig repassou tais valores à Codemge, já considerando o efeito da cisão;
- (iii) Tendo em vista a inexistência jurídica da Codemge em 31 de janeiro de 2018, até a criação de seu CNPJ e posteriormente contas bancárias, a Codemig reteve os títulos e valores mobiliários cedidos, e em seguida o repassou à Codemge ;
- (iv) O Estado de Minas Gerais integralizou valores de aumento de capital na Codemge, mas devido ao período de regularização da cisão, encaminhou tais recursos às contas bancárias da Codemig. Considerando os diversos repasses já mencionados no item (i), a Codemig reteve o caixa do aumento e compensou os saldos a receber da Codemge;
- (v) Recebimento de saldos a receber da CBMM em 31 de janeiro de 2018 cujo direito foi cindido à Codemge;
- (vi) A Codemig utiliza-se da infraestrutura de pessoal da Codemge. Tendo em vista os diversos repasses já mencionados no item (i), a Codemig não pagou o custo incorrido e o compensou os saldos a receber da Codemge;
- (vii) Composto por diversas transações pulverizadas entre Codemge e demais empresas do Grupo.

15 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e também os impostos gerados na operação da SCP.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2018</u>	<u>Controladora</u> <u>30/09/2018</u>
IRPJ / CSLL– SCP (i)	-	283.055
Valores a pagar SCP (ii)	-	8.333
Fornecedores nacionais	14.174	14.174
	<u>14.174</u>	<u>305.562</u>

- (i) O Grupo, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pelo Grupo como contas a pagar – SCP, uma vez que serão devolvidos à mesma quando da quitação dos débitos. Tais saldos em aberto no balanço correspondem aos saldos dos tributos devidos acumulados do exercício corrente. Os saldos são acumulados até o mês de dezembro e sua quitação ocorre em janeiro do exercício subsequente.
- (ii) O lucro líquido da SCP com a CBMM é apurado no regime de competência e apresenta ajustes de caixa para sua efetiva distribuição mensal. Isto posto, os valores apurados em provisões registradas no lucro líquido da SCP são registrados no contas a pagar do Grupo, tendo em vista a expectativa de sua liquidação e consequentes ajustes de caixa em resultados futuros da SCP.

16 Tributos a recolher

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2018</u>
PIS e COFINS	324	1.173
IRPJ e CSLL	-	2.552
Imposto sobre mercadorias e serviços	1.067	1.067
Impostos e contribuições retidas de terceiros	488	504
Impostos e contribuições retidas sobre salários	491	493
Outros	-	-
	<u>2.370</u>	<u>5.789</u>

17 Salários e encargos sociais

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2018</u>
INSS	2.884	2.890
Provisão de férias e 13º salário	7.894	7.894
Provisão de participação nos lucros e resultados (PLR)	4.973	4.973
Outros	1.465	1.465
	<u>17.216</u>	<u>17.222</u>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Adiantamentos e cauções recebidos

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2018</u>
Adiantamento de receitas - SCP (i)	-	136.579
Varição cambial das antecipações de receitas	-	10.576
Adiantamento de clientes e cauções recebidas (ii)	2.249	2.254
	2.249	149.409
Circulante	2.128	2.132
Não circulante	121	147.277
	2.249	149.409

- (i) A Codemig, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em participar dos adiantamentos realizados pela sócia ostensiva decorrentes de operações futuras da SCP. Do valor em aberto, R\$49.539 foram recebidos em 2015, R\$39.022 em 2016 e R\$48.017 em 2018 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2022 e 2023, na primeira operação, entre 2020 e 2021, na segunda operação, e entre 2023 e 2014, na terceira operação. Tais adiantamentos foram realizados em moeda estrangeira (iene) e serão quitados através da vinculação do cambial com a entrega de mercadoria para o mercado na moeda transacionada.

Foi estabelecido nos atos societários da cisão, mencionada na Nota 1(c), que o passivo dos adiantamentos de receitas – SCP gerados em 2015 e 2016 seriam vertidos para Codemge. Em decorrência da impossibilidade de transferência desses contratos de adiantamento, foi registrado contas a receber (partes relacionadas) com a Codemge, no mesmo valor e nas mesmas condições do passivo (encargos financeiros e vencimentos).

- (ii) Os adiantamentos de clientes e cauções recebidos decorre do registro de valores recebidos antecipadamente sob a forma de “sinal de reserva” e parcela do “saldo devedores”, relativos aos contratos de locação dos auditórios e salas do Minascentro e Expominas Belo Horizonte. A medida que os eventos são realizados, as receitas são reconhecidas no resultado e os saldos de adiantamento são baixados. Considerando o arrendamento do Expominas BH e a paralização do Minascentro, os valores estão sendo devolvidos aos arrendatários.

Abertura dos adiantamentos de recebíveis e cauções por ano de vencimento:

	<u>Controladora</u> <u>30/09/2018</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/09/2018</u>
Por ano de vencimento		
2018	2.128	2.132
2019	44	44
2020	77	24.492
2021	-	24.415
2022	-	13.201
2023	-	57.812
2024	-	27.313
	2.249	149.409

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As provisões para contingências contabilizadas em 30 de setembro de 2018 estão demonstradas a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2018</u>
Contingências trabalhistas	30	30
Contingências cíveis (i)	1.747	20.707
Contingências tributárias	1.360	1.360
	<u>3.137</u>	<u>22.097</u>

- (i) Do saldo total consolidado, R\$18.960 decorrem da obrigação de indenização pelo resgate de ações ocorrido na transformação da Codemig de sociedade de economia mista em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2010. Os ex-acionistas possuem até 2020 para reclamarem os valores de indenização das ações resgatadas. O ex-acionista com maior representatividade é a Solaris Company Limited, que figura como polo ativo em uma ação contra a Codemig que visa aumentar o valor da indenização do resgate das ações, contudo, na opinião de especialistas, este litígio teve sua probabilidade de perda reclassificada como remota. Apesar disso, considerando as incertezas do processo, a Companhia decidiu por manter a provisão para a contingência registrada em anos anteriores, até a sua conclusão no judiciário.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia está envolvida em outros processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo risco de perda classificado como possível por seus consultores jurídicos, no montante de R\$9.415 em 30 de setembro de 2018, para as quais não é requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.

Como mencionado acima, exceto pela contingência cível provisionada pela Companhia, todos os demais processos envolvendo a Codemig até a data da cisão, 31 de janeiro de 2018, foram assumidos pela Codemge, conforme Termo de Indenização e Outras Avenças assinado entre as partes, incluindo as contingências classificadas como possíveis.

20 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

A movimentação do capital social no período de oito meses findo em 30 de setembro de 2018 foi a seguinte:

<u>Evento</u>	<u>Data</u>	<u>Mov. do capital social</u>	<u>(-) Capital a integralizar</u>	<u>Saldo do capital social</u>	<u>Mov. da reserva de capital</u>	<u>(-) Reserva integralizar</u>	<u>Saldo da reserva de capital</u>	<u>Valor total do evento</u>
Cisão parcial	31/01/18	956.872	-	956.872	-	-	-	956.872
Aumento de capital	26/02/18	27	-	956.899	260.309	(7)	260.302	260.329
Aumento de capital	26/03/18	8	(6)	956.901	70.001	(1)	330.302	70.002
Aumento de capital	06/07/18	27	-	956.928	250.634	(56.658)	524.278	194.003

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Entre os meses de abril e junho de 2018 foram realizados pelo Estado de Minas Gerais adiantamentos para futuro aumento de capital na totalidade de R\$194.000. Todos adiantamentos integralizaram o capital aumentado em 6 de julho de 2018. Em outubro de 2018 o Estado de Minas Gerais integralizou o montante de R\$56.661.

(b) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$2.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

(c) Reserva de capital

Em 30 de setembro de 2018 a reserva de capital era de R\$524.278 referente a ágio na emissão de ações onde parte do preço da emissão das ações, que não tem valor nominal, ultrapassou a importância destinada à formação do capital social. O ágio ocorreu nos aumentos de capital social realizados em fevereiro, março e julho de 2018. Vide Nota 20 (a).

(d) Reservas de lucro

A Companhia recebeu pela cisão de ativos – mencionada na Nota 1 (c) – R\$362.748 de reserva de lucros, dos quais R\$45.936 decorrem da reserva legal acumulada pela Codemig ao longo dos anos e R\$316.812 advém de reserva de lucros constituída também pela Codemig. Durante o ano de 2018 esta reserva foi reduzida pelo reconhecimento inicial do valor justo das ações do BDMG advindas da cisão valorizado por outra prática contábil vigente à época do laudo de cisão e pela destinação de dividendos no montante de R\$272.667 resultando, então, em um saldo de R\$36.777 em 30 de setembro de 2018.

(i) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme disposições legais. Ainda conforme a lei, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Esta reserva é constituída somente no encerramento do exercício.

(ii) Retenção de lucros

O saldo da reserva de lucros é originário da Cisão realizada da Codemig, na qual foi destinado o saldo de R\$316.812. Este saldo está sendo destinado para pagamento de dividendos aos acionistas.

(e) Dividendos

Em Assembleia Geral ocorrida em 31 de janeiro de 2018, os acionistas da Companhia alteraram a política de dividendos autorizando sua distribuição intercalar, até o limite periódico mínimo de 30 dias entre as distribuições, por meio de deliberação do seu Conselho de Administração. A nova política de dividendos também alterou o dividendo mínimo a ser distribuído para 70% dos lucros apurados, após as deduções legais.

Em 22 de março de 2018 os conselheiros deliberaram pela distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$70.001. Conforme definido pela lei das S.A., dividendos intermediários são dividendos distribuídos em periodicidade diferente da anual a qual tem como contrapartida as reservas de lucro da Companhia.

A Administração da Companhia realizou, no segundo trimestre de 2018, pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$146.000, pagos em espécie ao acionista Estado de Minas Gerais. Tal pagamento veio a ser ratificado

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

na reunião do Conselho de Administração em 06 de julho de 2018. Adicionalmente, R\$2 foram provisionados referente a dividendos de não controladores.

Em 06 de julho de 2018 a deliberação dos conselheiros foi pela distribuição de mais dividendos intermediários, agora no montante de R\$ 202.665 lastreados nas reservas de lucros.

(f) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado em ajuste de avaliação patrimonial de R\$5.610 em 30 de setembro de 2018 demonstra os impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente seriam reconhecidas no resultado em momentos futuros. É composto em sua totalidade pelo impacto dos outros resultados abrangentes de empresas coligadas e controladas (Nota 11.2).

21 Receita líquida

	Oito meses findos em	
	Controladora	Consolidado
	30/09/2018	30/09/2018
Receita – SCP	-	948.114
Arrendamentos (i)	9.955	16.341
Receita com vendas, serviços e locações	19.291	21.487
Receita bruta	29.246	985.942
Impostos SCP (ii)	-	(301.374)
Outros impostos	(1.926)	(4.979)
Receita líquida	27.320	679.589

	Três meses findos em	
	Controladora	Consolidado
	30/09/2018	30/09/2018
Receita – SCP	-	388.875
Arrendamentos (i)	4.825	9.532
Receita com vendas, serviços e locações	7.968	8.829
Receita bruta	12.793	407.236
Impostos SCP (ii)	-	(125.282)
Outros impostos	(709)	(2.008)
Receita líquida	12.084	279.946

(i) Estão compreendidas as receitas com arrendamento de jazidas na extração de minério britado, de administração dos hotéis pertencentes à Companhia e dos Expominas, pela realização de eventos.

(ii) A Companhia recebe os recursos integrais de sua SCP para posterior pagamento dos impostos a ela relacionados (Notas 1 e 16). Assim sendo, esta linha apresenta gastos com imposto de renda e contribuição social, relacionados a receita da SCP.

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados

Abrange, substancialmente, os custos da operação de comercialização de água mineral e do serviço de transporte aéreo do Voe Minas Gerais.

	Oito meses findos em	
	Controladora	Consolidado
	30/09/2018	30/09/2018
Custo dos produtos vendidos	-	1.845
Custo dos serviços prestados	8.491	8.491
	8.491	10.336

	Três meses findos em	
	Controladora	Consolidado
	30/09/2018	30/09/2018
Custo dos produtos vendidos	-	231
Custo dos serviços prestados	3.296	3.296
	3.296	3.527

23 Despesas gerais e administrativas

	Oito meses findos em	
	Controladora	Consolidado
	30/09/2018	30/09/2018
Despesas com pessoal	(35.514)	(38.363)
Encargos sociais	(7.465)	(7.488)
Serviços de terceiros	(49.688)	(52.074)
Indenizações	(874)	(874)
Publicidade e patrocínio	(7.034)	(7.034)
Eventos e promoções culturais	(11.040)	(11.040)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.013)	(674)
Despesas tributárias	(2.406)	(2.559)
Depreciação e amortização	(8.355)	(9.288)
Registro /(reversão) da redução ao valor recuperável	81	81
Outras	(2.372)	(2.372)
	(126.680)	(131.685)

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Três meses findos em	
	Controladora	Consolidado
	30/09/2018	30/09/2018
Despesas com pessoal	(13.994)	(15.088)
Encargos sociais	(2.644)	(2.659)
Serviços de terceiros	(18.397)	(19.324)
Indenizações	(38)	(38)
Publicidade e patrocínio	(1.932)	(1.932)
Eventos e promoções culturais	(8.868)	(8.868)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.017)	(678)
Despesas tributárias	(933)	(996)
Depreciação e amortização	(3.086)	(3.439)
Registro /(reversão) da redução ao valor recuperável	45	45
Outras	(944)	(944)
	(52.808)	(53.921)

24 Gastos com convênios

	Valor do convênio	Valores desembolsados em		
		Controladora e consolidado		
	Valor total repassado até 30/09/18	Oito meses findos em 30/09/18	01/07/18 a 30/09/18	
Convênio 3250 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Divinópolis	3.000	3.000	-	-
Convênio 3528 - COPASA-MG	750	708	628	628
Convênio 3638 - SETOP e Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	20.000	20.000	-	-
Convênio 3668 - SETOP-MG e DER-MG	9.500	6.650	2.500	-
Convênio 3829 - SETOP-MG e DER-MG	40.300	40.300	-	-
Convênio 3865 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Santos Dumont	400	400	-	-
Convênio 3866 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Santa Luzia	2.500	2.250	-	-
Convênio 3867 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Itapeva	2.500	2.500	-	-
Convênio 3868 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Unaí	80	80	80	-
Convênio 3869 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Ervália	900	900	-	-
Convênio 3870 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Felício dos Santos	300	300	-	-
Convênio 3871 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Viçosa	200	180	-	-
Convênio 3874 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Diamantina	2.000	2.000	200	200
Convênio 3962 - Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais	1.000	1.000	-	-
Convênio 3997 - SETOP-MG	11.500	11.500	-	-
Convênio 3998 - SETOP-MG	11.807	10.000	-	-
Convênio 3999 - SETOP-MG e DER-MG	9.000	9.000	-	-
Convênio 4034 - SETOP-MG e DER-MG	63.061	61.000	4.200	-
Convênio 4037 - SETOP-MG e DER-MG	13.600	13.600	6.600	3.600
Convênio 4049 - Centro Referência Juventude	245	245	-	-
Convênio 4318 - Instituto Espinhaço	15.715	15.615	3.024	-
Convênio 4404 - Centro Francisca Veras	5.877	5.056	1.205	-
Convênio 4431 - EMATER, EPAMIG e SEAPA	3.982	3.837	49	-
Convênio 4460 - SETOP-MG e DER-MG	5.708	5.500	-	-
Convênio 4506 - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	3.282	3.282	-	-
Convênio 4510 - Prefeitura de Barroso	61	61	18	-
Convênio 4513 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Bom Sucesso	500	500	250	-
Convênio 4548 - SETOP-MG	1.500	1.500	-	-
Convênio 4651 - EPAMIG	263	148	148	-
Convênio 4662 - Associação Grupo Dispersores	2.139	2.139	665	-
Convênio 4732 - Associação Brasileira dos Criadores de Girolando	1.500	1.500	-	-
Convênio 4764 - SEBRAE-MG	16.000	16.000	7.000	-
Convênio 4833 - SESI	2.942	2.419	747	-
Convênio 4912 - FEDERAMINAS	1.338	1.338	-	-
Convênio 5171 - SEPLAG-MG	1.000	1.000	1.000	1.000
Convênio 5192 - SETOP-MG e DER-MG	3.950	1.800	500	-

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor do convênio	Valores desembolsados em		
		Controladora e consolidado		01/07/18 a 30/09/18
		Valor total repassado até 30/09/18	Oito meses findos em 30/09/18	
Convênio 5207 - SETOP-MG	2.500	570	-	-
Convênio 5208 - SETOP-MG e DER-MG	10.000	7.000	-	-
Convênio 5209 - Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais	1.500	1.500	-	-
Convênio 5256 - Fundação das Artes de Ouro Preto	600	600	-	-
Convênio 5321 - SETOP-MG	16.000	7.000	7.000	4.203
Convênio 5328 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Araxá	4.000	4.000	2.000	2.000
Convênio 5342 - Associação Brasileira dos Criadores de Girolando	3.155	1.542	1.542	-
Convênio 5403 - EPAMIG	149	149	149	-
Convênio 5418 - FECOMERCIO MG	292	292	292	-
Convênio 5419 - Fundação TV Minas Cultural e Educativa	600	600	600	-
Convênio 5446 - Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	5.000	5.000	5.000	-
Convênio 5448 - SETOP-MG e DER-MG	5.000	5.000	5.000	5.000
Convênio 5449 - SETOP-MG e DER-MG	2.000	2.000	2.000	2.000
Convênio 5450 - SETOP-MG e DER-MG	600	200	200	200
Convênio 5451 - SETOP-MG e DER-MG	845	200	200	200
Convênio 5453 - SETOP-MG e DER-MG	3.193	500	500	500
Convênio 5454 - Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena	800	400	400	-
Convênio 5455 - Prefeitura Municipal de Frei Inocêncio	800	400	400	-
Convênio 5456 - Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni	752	376	376	-
Convênio 5457 - Prefeitura Municipal de Cristália	800	400	400	-
Convênio 5463 - Prefeitura Municipal de Caratinga	800	400	400	-
Convênio 5468 - Prefeitura Municipal de Betim	2.500	2.500	2.500	-
Convênio 10050 - Armco Staco	7.072	7.072	7.072	-
Convênio 10337 - Prefeitura Municipal de Juruiaia	400	200	200	200
Convênio 10341 - Centro de Artesanato Mineiro	473	473	473	473
Convênio 10347 - Prefeitura Municipal de Brasília de Minas	800	400	400	400
Convênio 10348 - Prefeitura Municipal de Campo Belo	800	400	400	400
Convênio 10349 - Prefeitura Municipal de Almenara	800	400	400	400
Convênio 10354 - Prefeitura Municipal de Ipanema	800	400	400	400
Convênio 10360 - Prefeitura Municipal de Manhuaçu	1.500	-	-	-
Convênio 10361 - Prefeitura Municipal de São Seb. do Rio Verde	7.500	5.250	5.250	5.250
Convênio 10362 - Prefeitura Municipal de Perdões	800	400	400	400
Convênio 10368 - Polícia Militar de Minas Gerais	754	55	55	55
Convênio 10372 - FAEMG	2.000	1.200	1.200	1.200
	343.985	302.187	74.023	28.709

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Oito meses findos em	
	Controladora 30/09/2018	Consolidado 30/09/2018
Parcerias	(5.116)	(5.116)
Recuperações de taxas e despesas	5.871	6.141
Reversão de <i>impairment</i>	-	1.542
Baixa de bens por doação/inutilização (i)	(38.078)	(38.078)
Ganho na alienação de imobilizado	3.373	3.288
Ganho na aquisição de investimento	-	1.698
Outras	967	967
	(32.983)	(29.558)

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Três meses findos em	
	Controladora	Consolidado
	30/09/2018	30/09/2018
Parcerias	(625)	(625)
Reversão de <i>impairment</i> (Nota 11.2)	2.741	2.739
Baixa de bens por doação/inutilização (i)	(36.617)	(36.617)
Ganho na alienação de imobilizado	3.325	3.326
Ganho na aquisição de investimento	-	1.698
Outras	(909)	(909)
	(32.085)	(30.388)

- (i) Em julho de 2018 houve a doação do Expominas Teófilo Otoni para a prefeitura local considerando os consecutivos prejuízos do empreendimento. O valor contábil líquido do imóvel estava avaliado no momento da baixa por R\$33.971.

26 Resultado financeiro

O resultado financeiro incorrido pela Companhia está substancialmente vinculado às oscilações dos saldos de suas aplicações financeiras e da variação cambial dos adiantamentos recebidos, conforme Nota 18. As aplicações financeiras possuem como o benchmark o CDI, de modo que a flutuação de tal índice influencia diretamente nos montantes apropriados de receitas enquanto a operação de adiantamento foi atrelada à moeda japonesa, iene, de maneira que a oscilação do valor do real perante tal moeda impacta diretamente nas receitas ou despesas financeiras.

	Oito meses findos em	
	Controladora	Consolidado
	30/09/2018	30/09/2018
Receitas		
Juros recebidos de aplicações financeiras	5.444	16.670
Variação monetária ativa	1.898	8.164
Outras	118	2.719
	7.460	27.553
Despesas		
Juros de mora	(5)	(5)
Juros de empréstimos e financiamentos	-	(6.502)
Variação monetária passiva	(18.199)	(18.245)
Outras	(719)	(1.130)
	(18.923)	(25.882)
	(11.463)	1.671

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Três meses findos em	
	Controladora	Consolidado
	30/09/2018	30/09/2018
Receitas		
Juros recebidos de aplicações financeiras	3.077	6.806
Varição monetária ativa	317	4.320
Outras	60	1.242
	3.454	12.368
Despesas		
Juros de mora	(1)	(1)
Juros de empréstimos e financiamentos	-	(2)
Varição monetária passiva	(1.422)	(1.422)
Outras	(463)	(558)
	(1.886)	(1.983)
	1.568	10.385

27 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia e suas controladas, exceto a Codepar e Codemig, apresentaram prejuízo fiscal após os ajustes sobre o lucro contábil. A discrepância entre o lucro contábil e o prejuízo fiscal se dá uma vez que a maior receita do Grupo, proveniente da SCP, é tributada na própria SCP.

Com a cisão, os custos e despesas operacionais das demais atividades da Codemig foram absorvidos pela Codemge, tornando mais provável a possibilidade de apuração de débitos de IRPJ e CSLL sobre os resultados dessa controlada.

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Oito meses findos em	
	Controladora	Consolidado
	30/09/2018	30/09/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	223.485	421.896
Ajustes para apuração do resultado fiscal (adições/exclusões)	(428.048)	(616.824)
Resultado fiscal apurado	(204.563)	(194.928)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(75.985)	(143.445)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusão permanente do resultado da SCP	-	219.892
Exclusões / (adições) permanentes, líquidas	145.536	(10.171)
Ativo diferido não registrado	(69.551)	(68.816)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	-	(2.540)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(2.540)
Total	-	(2.540)
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	<i>0,00%</i>	<i>-0,60%</i>

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Três meses findos em	
	30/09/2018	30/09/2017
Lucro antes do IRPJ/CSLL	86.706	169.873
Ajustes para apuração do resultado fiscal (adições/exclusões)	(166.937)	(227.419)
Resultado fiscal apurado	(80.231)	(57.546)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(29.480)	(57.757)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusão permanente do resultado da SCP	-	89.622
Exclusões / (adições) permanentes, líquidas	56.758	(12.299)
Ativo diferido não registrado	(27.278)	(22.007)
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	-	(2.441)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(2.441)
Total	-	(2.441)
<i>Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</i>	<i>0,00%</i>	<i>-1,44%</i>

28 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não efetuou compra de ações ordinárias nem mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui nenhuma ação com potencial efeito diluidor.

Oito meses findos em	30/09/2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	223.485
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	183.097
Lucro básico e diluído por ação	1.220,58
Três meses findos em	30/09/2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	86.706
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	190.869
Lucro básico e diluído por ação	454,27

Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Eventos subsequentes

(a) Distribuição de dividendos

Em 23 de outubro de 2018, foi realizada reunião da Diretoria da Codemig onde foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$80.963 lastreados no lucro do período de janeiro a setembro de 2018. A acionista Codemge, detentora de 159.042 ações, teve direito à R\$56.675 de dividendos enquanto que o acionista Estado de Minas Gerais, detentor de 68.157 ações nesta data, teve direito à R\$24.288.

(b) Integralização de capital pelo Estado de Minas Gerais

Em outubro o Estado de Minas Gerais integralizou na Codemge o capital de R\$56.661 com as distribuições de lucro da Codemig deliberados em 21 de setembro de 2018. Após essa integralização, o saldo a ser integralizado pelo Estado é de R\$6.

(c) Distribuição de dividendos ao Estado de Minas Gerais

Em novembro de 2018 a Codemge distribuiu R\$10.000 de dividendos intermediários ao Estado de Minas Gerais lastreados nas reservas de lucros.

* * *